



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda nº

Projeto de Lei nº 5.500, de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos para a educação com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição, e dá outras providências.

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputada SUELI VIDIGAL

EMENDA

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 1º do PL 5500, de 2013:

“Art. 1º

II – cinquenta por cento dos recursos resultantes do retorno sobre o capital do Fundo Social, previsto no art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, destinados ao desenvolvimento da educação:

- a) inclusiva e integrativa;
- b) na área prioritária da pré-escola; e
- c) na construção de creches em período integral com formação de educadores capacitados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo criar as bases fundamentais para uma “Revolução Educacional Brasileira”, na busca de uma educação integral e emancipatória, construindo uma escola do verdadeiro saber democrático, buscando uma dimensão educacional com qualidade social para todos.

O primeiro passo transformador de aprendizagem e crescimento é a escola, mas, para que isso efetivamente ocorra, é necessário que o educador conheça e tenha à disposição todas as ferramentas para o desempenho profissional à altura da sua atuação pedagógica de inserir a criança no processo de desenvolvimento inclusivo e integrativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda nº

Projeto de Lei nº 5.500, de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos para a educação com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição, e dá outras providências.

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputada SUELI VIDIGAL

À medida que o educador conhece as estruturas que regem o raciocínio e compreende suas potencialidades de aprendizagem, ou seja, aquilo que a criança é capaz de aprender, tornar-se-á capaz de propor atividades significativas, estimulantes e aprenderá a direcionar a formação da criança tendo por base suas capacidades e possibilidades, buscando desafia-la para novas aprendizagens.

Com a aprovação da presente emenda, os órgãos e as entidades da Administração pública responsáveis pela educação, dispensarão tratamento prioritário e adequado aos alunos com deficiência em classes comuns da rede regular de ensino, em estabelecimentos públicos e privados com atendimento especializado, razão da alínea “a” proposta ao inciso II do art. 1º do projeto.

Por outro lado, é preciso criar reais condições para que as nossas crianças se apropriem, ampliem e usufruam de atualização contínua do saber, principalmente quando a criança mais precisa de ajuda, pois é na formação cognitiva que irá desenvolver e capacitar nosso futuro como nação soberana e próspera. O aluno que frequenta a pré-escola chega mais preparado para cursar o ensino fundamental e será com certeza um cidadão preparado para os desafios do futuro, razão da alínea “b” proposta ao inciso II do art. 1º projetado.

Finalmente, a criação de creches é o primeiro passo transformador de aprendizagem e crescimento, porquanto à medida que o educador conhece as estruturas que regem o raciocínio da criança entre zero e três anos e compreende suas potencialidades de aprendizagem, razão da alínea “c” que se propões acrescido ao inciso II do mesmo dispositivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda nº

Projeto de Lei nº 5.500, de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos para a educação com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição, e dá outras providências.

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputada SUELI VIDIGAL

Dados oficiais têm mostrado que atualmente os gastos com educação não têm sido suficientes para atender toda a real demanda, razão pela qual espero aprovação da presente emenda que certamente aperfeiçoa o texto encaminhado pelo Poder Executivo. Sem onerá-lo, porque apenas especifica áreas a serem consideradas prioritárias, contribuirá para a melhoria da educação no Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2013.

**Deputado Sueli Vidigal
PDT/ES**